



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

**“Aquisição de serviços de seguros – Ramos
acidentes de trabalho e pessoais para 2015”**

Ajuste Direto

Valor base: 45.000,00 Euros

Caderno de Encargos

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
(Código dos Contratos Públicos)

ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS	2
Parte I – Cláusulas Jurídicas	2
Capítulo I - Disposições gerais	2
Cláusula 1. ^a Objeto	2
Cláusula 2. ^a Contrato	2
Cláusula 3. ^a Duração do contrato.....	3
Cláusula 4. ^a Data de efeito da transferência de risco e celebração de contratos	3
Capítulo II - Obrigações contratuais.....	3
Cláusula 5. ^a Obrigações principais do prestador de serviços	3
Cláusula 6. ^a Requisitos da prestação do serviço	4
Cláusula 7. ^a Informação e sigilo	5
Cláusula 8. ^a Preço contratual	5
Cláusula 9. ^a Condições de pagamento	6
Capítulo III - Resolução.....	6
Cláusula 10. ^a Penalidades contratuais	6
Cláusula 11. ^a Força maior	7
Cláusula 12. ^a Resolução por parte do contraente público.....	7
Capítulo IV - Caução.....	8
Cláusula 13. ^a Caução.....	8
Capítulo V - Resolução de litígios	8
Cláusula 14. ^a Foro competente	8
Capítulo VI - Disposições finais	8
Cláusula 15. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual.....	8
Cláusula 16. ^a Responsabilidade.....	8
Cláusula 17. ^a Comunicações e notificações	9
Cláusula 18. ^a Contagem dos prazos	9
Cláusula 19. ^a Legislação aplicável	9
Parte II – Cláusulas Técnicas	10
Cláusula 1. ^a Composição do Plano de Seguros.....	10
Cláusula 2. ^a Características e Especificidades do Plano de Seguros	10
ANEXOS:	23

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS

Parte I – Cláusulas Jurídicas

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a | Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguros, através da contratação de apólices de seguro, conforme se descreve pormenorizadamente na Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, com a seguinte composição:

LOTE 1

- I. Seguro de Acidentes de Trabalho;
 - a. Acidentes em Serviços;
 - b. Acidentes de Trabalho dos trabalhadores ao serviço das corporações de bombeiros, com contrato de trabalho ou equiparado

LOTE 2

- Seguro de Acidentes Pessoais Autarcas;
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Bombeiros – Corpo Ativo e Corpo não Ativo;
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais – Atividades Desportivas, Culturais e Recreio de Natureza Eventual e Periódica;

2. Para efeito de limitação do preço contratual, é fixado o preço base, para 1 ano, em 45.000,00 € (Quarenta e Cinco Mil Euros), sendo ainda fixado como preço base, para 1 ano, do LOTE 1 o montante de 32.500,00€ (Euros) e para o LOTE 2, para 1 ano, o montante de 12.500,00€ (euros), isento de IVA e reflete já a redução remuneratória prevista na Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Cláusula 2.^a | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª | Duração do contrato

O contrato vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data da sua outorga, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª | Data de efeito da transferência de risco e celebração de contratos

Os contratos de seguro terão início nas seguintes datas:

LOTE I	DATA INICIO
<ul style="list-style-type: none">Seguro de Acidentes de Trabalho;	01.01.2015
LOTE II	DATA INICIO
<ul style="list-style-type: none">Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Autarcas;	24.01.2015
<ul style="list-style-type: none">Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Bombeiros – Corpo Ativo e Corpo não Ativo;	01.04.2015
<ul style="list-style-type: none">Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais – Atividades Desportivas, Culturais e Recreio de Natureza Eventual e Periódica;	30.12.2014

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I | Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I | Disposições gerais

Cláusula 5.ª | Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- Assegurar a emissão das apólices de seguros conforme Plano de Seguros constante na parte II do presente caderno de encargos;
- Designar um gestor do contrato, por forma a garantir uma interligação eficaz com o Município dos Arcos de Valdevez, bem como de comunicar quaisquer alterações relativamente à sua designação;
- No caso das apólices de acidentes de trabalho e acidentes de viação, deverão ser disponibilizadas Linhas de apoio, disponíveis 24h/dia, 7 dias/semana.

- d) Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, exceto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com o prévio consentimento da entidade adjudicante;
- e) Dar resposta a qualquer solicitação da entidade adjudicante, no prazo máximo de 24 horas;
- f) Comunicar à entidade adjudicante, com uma antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- g) O adjudicatário deverá garantir a correta cessação dos contratos das apólices a descontinuar, para que não exista duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do plano de seguros abrangidos pelo contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento;
- h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- j) Ministrar formação aos trabalhadores do Município dos Arcos de Valdevez no âmbito dos seguros, num total de 35 horas;
- k) Fornecer caixas de primeiros socorros para todos os espaços municipais abertos ao público;

2. As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na alínea c) do número anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produz efeitos na data do vencimento das apólices a que respeitarem e deverão ser obrigatoriamente comunicadas à entidade adjudicante, com a antecedência mínima de 30 dias, por correio registado com aviso de receção, sob pena de ineficácia.

3. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª | Requisitos da prestação do serviço

1. As propostas de cobertura de riscos visam prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pela entidade, e a ela imputável, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre os seus patrimónios, os seus profissionais, munícipes e população em geral.

2. O adjudicatário deve prestar de forma clara, por escrito, todos os esclarecimentos exigíveis das condições de cada contrato.

3. O tomador do seguro deve ser avisado, por escrito, do montante a pagar, assim como da forma de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias, em relação à data em que se vence o prémio ou fração deste.

4. Durante a vigência do contrato apenas se aceitará a atualização dos prémios, em caso de modificação dos capitais seguros, de acordo com a reavaliação dos bens seguros, alteração nos mapas de pessoal ou dos limites legalmente estabelecidos.
5. Não poderá verificar-se qualquer exclusão ou alteração das coberturas das apólices apresentadas a concurso e aceites pela entidade adjudicante.
6. Deverá ser disponibilizada uma linha telefónica privilegiada para a entidade adjudicante, para apoio permanente (24 horas por dias/7 dias por semana) à ocorrência de sinistros.
7. A linha telefónica referida no ponto anterior servirá igualmente para marcação de peritagem, no prazo de 24 horas.
8. Sempre que ocorrer o abate ou a cedência de viaturas, a entidade adjudicante tem direito ao estorno do prémio por cessação antecipada.
9. Na situação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante terá de comunicar por escrito, ao adjudicatário, com uma antecedência mínima de 8 dias, deixando de ser da sua responsabilidade o seguro dos respetivos veículos.
10. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

Subsecção II | Informação e sigilo

Cláusula 7.ª | Informação e sigilo

O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

O contraente público e o contratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Secção II | Obrigações do Município dos Arcos de Valdevez

Cláusula 8.ª | Preço contratual

1. Pelo cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço total anual que constar da sua proposta, isento de IVA, em virtude de este não ser legalmente devido.
2. O preço total anual previsto no número anterior é pago, pela entidade adjudicante, de acordo com o fracionamento previsto na Parte II do Caderno de Encargos - Programa de Seguros.

3. Os Avisos de pagamento são enviados pelo adjudicatário para a morada principal de cada entidade adjudicante.
4. **O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado** no nº 2 da cláusula 1ª do presente Caderno de Encargos, isento de IVA.
5. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 9.ª | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município dos Arcos de Valdevez, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção nos serviços do Município dos respetivos avisos de pagamento/faturas.
2. As condições de pagamento do encargo resultante da aquisição das apólices objeto do contrato são fixadas de acordo com o previsto no Regime do Contrato de Seguro e com a periodicidade prevista no Programa de Seguros.
3. As faturas deverão ser enviadas para o Município dos Arcos de Valdevez – Divisão Administrativa e Financeira, com a indicação do respetivo número de compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município dos Arcos de Valdevez, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de transferência bancária.

Capítulo III - Resolução

Cláusula 10.ª | Penalidades contratuais

1. Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima a entidade adjudicante a:
2. Adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais se houver, a cargo do adjudicatário.
3. As importâncias resultantes da aplicação da penalidade prevista na alínea b) do número anterior serão descontadas nas faturas a liquidar.

Cláusula 11.ª | Força maior

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao prestador de serviços.
2. Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituirão casos de força maior:
 - a) As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
 - d) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;
 - f) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município dos Arcos de Valdevez poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
 - a) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas deste Caderno de Encargos;
 - b) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades;

2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município dos Arcos de Valdevez.
3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município dos Arcos de Valdevez com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Capítulo IV - Caução

Cláusula 13.^a | Caução

1. Se exigível nos termos previstos no Convite, a caução será liberada no prazo de 30 dias após o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratante.
2. A entidade adjudicante poderá recorrer à caução, independentemente de decisão judicial, nos casos em que o Adjudicatário não cumpra o Contrato.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 14.^a | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 15.^a | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a | Responsabilidade

1. O prestador de serviços responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município dos Arcos de Valdevez, seus trabalhadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto no presente caderno de encargos e seus anexos.
2. Se o Município dos Arcos de Valdevez tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, assistindo ao Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.
3. O Município dos Arcos de Valdevez não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores daquele Município, no exercício das respetivas funções.

Cláusula 17.^a | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a | Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19.^a | Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Parte II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a | Composição do Plano de Seguros

O Plano de seguros é composto pelos seguintes seguros:

LOTE 1

- Seguro de Acidentes de Trabalho;

LOTE 2

- Seguro de Acidentes Pessoais Autarcas;
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Bombeiros – Corpo Activo e Corpo não Activo;
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais – Atividades Desportivas, Culturais e Recreio de Natureza Eventual e Periódica;

Cláusula 2.^a | Características e Especificidades do Plano de Seguros

O Plano de Seguros objeto do contrato a celebrar é composto por diversos ramos de seguros os quais se encontram enumerados e caracterizados nesta cláusula.

Para cada ramo de seguro são indicados os parâmetros dos riscos a segurar, capitais, coberturas, franquias e legislação sempre que relevante.

LOTE 1

I - SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

a) Acidentes em Serviços

1. TOMADOR DO SEGURO

- Município dos Arcos de Valdevez

2. OBJETO DO SEGURO

- A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março, Código do Procedimento Administrativo, demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais da apólice uniforme.

3. ÂMBITO DO SEGURO

3.1 Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo ao serviço do município, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS), de acordo com o Quadro 1 (lista de trabalhadores), e, ainda, todo aquele que, considerando-se na dependência económica do tomador do seguro, preste, em conjunto ou isoladamente, determinado serviço;

- 3.2. O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;
- 3.3. O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçadas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho;
- 3.4. Em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de novembro, a entidade adjudicante transfere a responsabilidade por acidentes em serviço prevista naquele diploma para o adjudicatário;
- 3.5. Para o efeito o tomador do seguro, obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais do mês anterior;
- 3.6. O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável;
- 3.7. O pagamento do prémio será fracionado mensalmente, com indicação das datas de vencimento e respetivos valores, devendo ser enviado ao tomador do seguro um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 3.8. No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável.

4. COBERTURAS E GARANTIAS

- 4.1. Ficam cobertos os acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e, automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 15 dias, sem qualquer agravamento tarifário;
- 4.2. Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar previamente ao adjudicatário as deslocações a efetuar ao estrangeiro;
- 4.3. Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do adjudicatário;
- 4.4. O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes de Trabalho, os respetivos salários e subsídio de férias e de natal;
- 4.5. As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário líquido, englobando as remunerações, de carácter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos;
- 4.6. O adjudicatário assumirá eventuais reembolsos efetuados pela Caixa Geral de Aposentações (C.G.A.) à entidade adjudicante (no âmbito do artigo 43.º do Decreto - Lei n.º 503/99, de 20 de novembro), correspondentes a responsabilidades com eventuais pensões ou subsídios pagos pela C.G.A. ao abrigo do disposto nos artigos 34.º, 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, nos sinistros ocorridos ao abrigo deste contrato;
- 4.7. Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto- Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março;
- 4.8. Confere direito à reparação a lesão resultante de um acidente em serviço e que seja consequência de tal tratamento;

4.9. O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, deverá contemplar os mínimos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:

4.9.1. Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa, referindo ainda:

- O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;
- A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;
- Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;
- Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.

4.9.2. Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:

- No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevada;
- Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.

4.10. O direito à reparação em dinheiro compreende:

4.10.1. Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente em serviço;

4.10.2. Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente;

4.10.3. Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:

- Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;
- O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;

– O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os trabalhadores do serviço doméstico.

4.10.4. Subsídio para readaptação de habitação;

4.10.5. Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;

4.10.6. Despesas de funeral e subsídio por morte:

– Despesas de Funeral – 4 x remuneração mínima mensal garantida mais elevada, que será aumentada para o dobro se houver trasladação;

– Subsídio por morte – 12 vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada;

– Pensão aos beneficiários legalmente reconhecidos, no caso de morte;

4.10.7. Incapacidade temporária;

4.10.8. Incapacidade permanente parcial e absoluta;

4.10.9. Deverá ser disponibilizada uma Linha Acidentes de trabalho, disponível 24h/dia, 7 dias/semana.

5. PREVISÃO SALARIAL ANUAL

O montante do capital seguro é 3.657.946,29 €, composto pelo salário líquido sem encargos, mais todas as prestações que revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, natal, turno, alimentação), de todos os trabalhadores.

6. PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS

6.1. As indemnizações por Incapacidade Temporária (I.T.) serão liquidadas à entidade adjudicante, figurando esta como entidade recebedora, dado que esta repõe o salário do trabalhador sinistrado quando este se encontra de baixa por Acidente de Trabalho.

6.2. As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados.

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1. O Segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 clínicas/consultórios, sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, para assistir sinistrados.

7.2. O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, de forma a isentar os sinistrados do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora.

7.3. A Seguradora terá de disponibilizar o acesso da Participação On-line de Acidente de Trabalho e com a possibilidade de consultar informação sobre os processos.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

b) Acidentes de Trabalho dos trabalhadores ao serviço das corporações de bombeiros, com contrato de trabalho ou equiparado

1. O Município dos Arcos de Valdevez é Tomador deste contrato de seguro com a finalidade substituir a entidade empregadora na sua gestão e na responsabilidade pelo pagamento dos recibos de prémio, pelo que esta apólice diz respeito à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários dos Arcos de Valdevez.

2. REQUISITOS

2.1. As condições deste seguro devem reger-se pela Lei n.º 98/2009 e enformar-se nos termos da Portaria n.º 256/2011, de 5 de julho, levando em conta a atividade de proteção civil.

2.2. Estarão cobertos os trabalhadores ao serviço da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários dos Arcos de Valdevez (AHBVAV) cuja atividade exclui o combate a incêndios que constem nas folhas de retribuições enviadas mensalmente e pagas no mês anterior, incluindo todas as remunerações pagas em períodos de horas extraordinárias, que deverão ser duplicados ou cópias das entregues à Segurança Social.

2.3. Ficarão garantidas as deslocações a território estrangeiro, efetuadas ao serviço da AHBVAV, sendo contempladas as despesas relativas a assistência médica, medicamentosa ou hospitalar e a transporte ou repatriamento.

3. MODALIDADE DE COBERTURA

3.1. Seguro de prémio variável.

3.2. O prémio provisório será calculado em função da estimativa de retribuições anuais indicada pela AHBVCB através da entidade adjudicante.

3.3. No final de cada anuidade ou no caso de resolução do contrato será sempre efetuado o acerto para mais ou para menos, em relação à diferença verificada entre o prémio provisório e o prémio definitivo calculado em função do total das retribuições efetivamente pagas.

4. AMBITO TERRITORIAL

4.1. Território português e estrangeiro.

5. PREVISÃO SALARIAL ANUAL

5.1. O montante do capital seguro é 101.093,05 €, composto pelo salário líquido sem encargos, mais todas as prestações que revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, natal, turno, alimentação), de todos os trabalhadores.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1. O Segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 clínicas/consultórios, sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, para assistir sinistrados.

7.2. O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, de forma a isentar os sinistrados do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora.

7.3. A Seguradora terá de disponibilizar o acesso da Participação On-line de Acidente de Trabalho e com a possibilidade de consultar informação sobre os processos.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

LOTE 2

I - SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS

1. TOMADOR DO SEGURO

- **Município dos Arcos de Valdevez**

2. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

- Deve garantir os acidentes corporais sofridos pelos respetivos autarcas, eleitos locais, quando se encontrem ao serviço da autarquia, em qualquer parte do mundo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro.
- Para efeito deste seguro são consideradas as seguintes Pessoas Seguras:
 - Presidente da Câmara
 - Vice-Presidente
 - Vereadores a Tempo Inteiro
 - Vereadores a Tempo Parcial
 - Presidente da Assembleia Municipal
 - Membros da assembleia municipal

Nota: Os membros da Assembleia Municipal participam anualmente em 5 sessões ordinárias, podendo existir sessões extraordinárias de acordo com o disposto do artigo 28.º do Anexo I, Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

- Pretende-se uma apólice aberta.

3. RISCOS A SEGUAR

3.1 Eleitos locais em regime de permanência – Risco Profissional;

3.2. Eleitos locais em regime de não permanência e Membros da Assembleia Municipal – Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas);

3.3. Garantindo-se adicionalmente os seguintes riscos:

3.3.1. Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;

3.3.2. Consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;

3.3.3. Resultantes da utilização pelo Tomador do seguro/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.

4 CAPITAIS E COBERTURAS

Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas Funeral
1 Presidente	225.000,00 €	130,00 €/dia	25.000,00 €	5.000,00 €
1 Vice-Presidente	225.000,00 €	105,00 €/dia	20.000,00 €	5.000,00 €
1 Vereadores a Tempo Inteiro	225.000,00 €	105,00 €/ dia	20.000,00 €	5.000,00 €
4 Vereadores a Tempo Parcial	150.000,00 €	105,00 €/dia	20.000,00 €	2.500,00 €
73 Membros da Assembleia	150.000,00 €	105,00 €/dia	20.000,00 €	2.500,00 €

5 OUTRAS COBERTURAS E CAPITAIS SEGUROS

Presidente e Vereadores a Tempo Inteiro	
Cobertura Garantida	Capital Seguro
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	50,00 €/Dia
Falecimento Simultâneo de Pessoa Segura e Conjugue	15.000 €
Busca e Salvamento	1.000 €
Readaptação de Habitação e Modificação de Veículo	5.000 €
Paraplegia	25.000 €
Tetraplegia	50.000 €
Bens Pessoais	5.000 €
Indemnização a Favor de Terceiro	25.000 €
Vereadores a Tempo Parcial e Restantes Pessoas Seguras	
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	25,00 €/Dia
Falecimento Simultâneo de Pessoa Segura e Conjugue	15.000 €
Busca e Salvamento	15.000 €

6 CONDIÇÕES ESPECIAIS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão;
- Os acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.
- Estomatologia

7 FRANQUIA

Sem Franquia

8 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do prémio será anual.

II - SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS – BOMBEIROS

1. TOMADOR DO SEGURO

- Município dos Arcos de Valdevez

2. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

2.1. O Seguro de Acidentes Pessoais dos Bombeiros corresponde à concretização do direito estabelecido no Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão, em qualquer parte do mundo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, e cujos capitais mínimos garantidos estão definidos na Portaria n.º 123/2014 (D.R. n.º 116, Série I de 2014-06-19 Ministérios das Finanças e da Administração Interna que fixa as condições mínimas do seguro de acidentes pessoais dos bombeiros profissionais e voluntários, incluindo os limites de capital seguro e riscos cobertos e revoga a Portaria n.º 1163/2009, de 6 de outubro). Ficam cobertos os sinistros em consequência de exercícios de instrução ou a prática de atividades desportivas no âmbito da Corporação ou Inter-Corporações, bem como, os acidentes ocorridos durante o percurso para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Estão igualmente cobertos os acidentes ocorridos em ações de formação, instrução, treino, cerimónias, festividades, exibição e outros atos similares.

Ficam cobertos todos os acidentes que decorram de acidentes de viação e aviação, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Para efeito deste seguro é considerada como pessoa segura, o Bombeiro conforme definido na alínea a) do artigo 2.º do Decreto - Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, pertencente a Corpos de Bombeiros Profissionais ou Mistos nos termos do artigo 7.º do Decreto - Lei n.º 247/2007, de 27 de junho e constantes do **Quadro 2 (em anexo) – Quadro Corpo Ativo e Corpo não Ativo.**

Corporações	Corpo Ativo	Corpo Não Ativo	TOTAL
Bombeiros Voluntários dos Arcos de Valdevez	91	41	132

2.2. Pretende-se uma apólice aberta.

3. CAPITAIS E COBERTURAS

3.1. Ficam cobertos os acidentes ocorridos em território nacional e no estrangeiro, quando no exercício exclusivo das suas missões, ou por causa delas, incluindo ações de formação ou de instrução, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso direto para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado;

3.2. Conforme estabelecido Portaria n.º 123/2014, de 19 de Junho, os capitais mínimos a garantir, por pessoa, na contratação do seguro obrigatório de acidente pessoais/bombeiros serão os a seguir indicados e compreendendo os seguintes riscos:

CORPO ATIVO

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	126.250,00 €
Na morte da pessoa segura, os filhos menores receberão:	5.000,00 €
Invalidez permanente por acidente	126.250,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	50.500,00 €
Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente	(1) 75,75€
Subsídio mensal aquando da incapacidade temporária para despesas de primeira necessidade	50,00 €
Morte simultânea da pessoa segura e cônjuge	15.000,00 €
Despesas de funeral	2.500,00 €
Despesas com operações de salvamento, busca, transporte sinistrado	1.000,00 €
Paraplegia	250,00 €
Tetraplegia	500,00 €
Indemnização por queimadura	Até 5.000,00 €
Cicatriz facial ou desfiguração	Até 5.000,00 €

CORPO NÃO ATIVO

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	126.250,00 €
Invalidez permanente por acidente	126.250,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	50.500,00 €
Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente	(1) 75,75 €

- (1) A referida portaria determina que o valor de indemnização relativo ao subsídio diário, em caso de incapacidade temporária absoluta e total que afete uma pessoa segura que seja estudante ou desempregado, deverá ser calculado em função do Salário Mínimo Nacional.

4. CONDIÇÕES ESPECIAIS

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais: este seguro deverá garantir:

- ⇒ As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- ⇒ A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- ⇒ Inclusão de pessoas seguras com mais de 70 anos;
- ⇒ As despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão;
- ⇒ Morte em consequência de inalação de fumos
- ⇒ Reconstituição cosmética por acidente causado ao abrigo das condições da apólice.
- ⇒ Estomatologia

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1. Nos casos em que a incapacidade temporária absoluta e total afete o segurado que seja estudante ou desempregado, o subsídio diário é calculado em função da remuneração mínima mensal;

5.2. O adjudicatário atualizará automaticamente os capitais seguros sempre que o salário mínimo for alterado;

5.3. Considera-se como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras na apólice e admissão/saída na corporação independentemente de qualquer desfasamento temporal entre a admissão/saída da corporação e a comunicação destes factos ao adjudicatário.

5.4. Em caso de sinistro o mesmo é tratado através dos prestadores de serviços como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro.

5.5. O Segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 clínicas/consultórios, sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, para assistir sinistrados.

5.6. O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, de forma a isentar os sinistrados, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora.

6. FRANQUIA

6.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquias, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento

III - SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS - ATIVIDADES DESPORTIVAS, CULTURAIS E RECREIO DE NATUREZA EVENTUAL E ACTIVIDADES TEMPORÁRIAS.

1. TOMADOR DO SEGURO

- Município dos Arcos de Valdevez

2. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

2.1. Com base nos diplomas legais em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 01 de outubro e a Portaria n.º 141/96, de 04 de maio, ficam garantidos os acidentes corporais resultantes da prática amadora de atividades desportivas desenvolvidas no âmbito dos eventos periodicamente organizados pela entidade adjudicante.

2.2. Ficam, ainda, incluídas a prática de desporto, atividade cultural ou recreativa – em competição, treino, estágio, preparação, ensaio ou atuação – em representação ou sob o patrocínio da entidade adjudicante.

2.3. Para além dos participantes em acontecimentos ou eventos de carácter turístico, desportivo, cultural, musical, de recreio ou educativo, consideram-se também abrangidos por esta apólice todas as pessoas que participem em programas e/ou atividades ocupacionais, quer sejam de tempos livres, ou não, bem como bolsas, estágios e contratos de emprego-inserção, quer sejam remunerados, ou não.

2.4. As atividades, mencionadas anteriormente, desenvolvem-se em vários locais o concelho, podendo as mesmas serem efetuadas em recinto fechado ou aberto, dependendo do tipo de modalidade.

2.5. Ficam também incluídas a cobertura dos acidentes emergentes de deslocações em transporte fornecido pela entidade adjudicante para a participação naquele tipo de eventos.

2.6. O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza accidental, verificado durante a utilização das instalações desportivas, recreativas, culturais e de lazer do município.

2.7. Pretende-se um seguro de acidentes pessoais, anual, que abranja todos os participantes das atividades e eventos de carácter desportivo, cultural e recreio da entidade adjudicante, cuja realização se desenvolve eventual ou periodicamente, em determinados dias do ano.

2.8. Para efeito deste seguro são consideradas pessoas seguras todos os participantes das atividades e eventos de carácter desportivo, cultural e recreio, mencionadas no **Quadro 3.1** e **3.2** (em anexo), ou seja:

2.8.1. Os participantes em atividades temporárias, realizadas, organizadas ou patrocinadas pela entidade adjudicante, nomeadamente as que se referem a ocupação de tempos livres, festividades e outras manifestações, acontecimentos ou eventos desportivos, culturais e de recreio as pessoas e as que participem em programas e/ou atividades ocupacionais, quer sejam de tempos livres, ou não, bem como bolsas, estágios e contratos de emprego-inserção, quer sejam remunerados ou não.

3. CAPITAIS E COBERTURAS

3.1. Os montantes de capital a segurar, por pessoa são:

- As pessoas seguras que participem em atividades temporárias culturais, desportivas e de recreio, terão garantidas pelos seguintes:

Cobertura	Capital
Morte e Invalidez permanente absoluta e parcial	38.800,00 €
Despesas de funeral	3.880,00 €
Despesas de tratamento e repatriamento	4.850,00 €

- As pessoas seguras que sejam utentes e/ou utilizadores das infra-estruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturas municipais, cobertas ou ao ar de livre, abertas ao público, no âmbito do Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório, terão abrangidos pelas coberturas/capitais abaixo, de acordo com a redação que lhe for dada por posterior alterações:

Cobertura	Capital
Morte e Invalidez permanente absoluta e parcial	27.079,47 €
Despesas de funeral	2.000,00 €
Despesas de tratamento e repatriamento	4.332,22 €

- Para as pessoas seguras que participem em Programas Ocupacionais, Bolsas, Estágios e Contratos de emprego-inserção, quer sejam remunerados ou não:

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte ou invalidez permanente	75.000 €
Despesas de tratamento e repatriamento	15.000 €
Incapacidade temporária (*)	26,00 €/dia
Despesas de funeral	1.500 €
(*) A cobertura de Incapacidade temporária só é aplicável caso o sinistrado esteja a receber uma remuneração à data do acidente.	

- Os capitais e coberturas garantidas para as pessoas seguras que cooperem nos programas de voluntariado:

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte ou invalidez permanente	50.000 €
Despesas de tratamento e repatriamento	5.000 €
Incapacidade temporária (*)	20,00 €/dia
Despesas de funeral	1.500 €
(*) A cobertura de Incapacidade temporária só é aplicável caso o sinistrado esteja a receber uma remuneração à data do acidente.	

3.2. Os Capitais Seguros são automaticamente atualizadas, em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P.

3.3. No contrato de seguro em causa não poderá haver capitais inferiores aos praticados no âmbito do seguro desportivo e deverá garantir-se no mínimo as seguintes coberturas:

3.3.1. Pagamento de um capital por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, por acidente decorrente das diversas atividades;

3.3.2. Pagamento de despesas de tratamento, incluindo internamento hospitalar, e de repatriamento.

3.4. As indemnizações por morte de menores de 14 anos traduzir-se-ão no reembolso de despesas de funeral;

3.5. No Desporto Sénior ficam garantidas as pessoas com mais de 70 anos de idade;

3.6. Este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- ⇒ Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- ⇒ Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses;
- ⇒ As despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão;
- ⇒ Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos;
- ⇒ Estomatologia.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1. Pretende-se uma apólice aberta por atividade temporária.

4.2. Em caso de sinistro o mesmo é tratado através dos prestadores de serviços como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro.

4.3. De acordo com o n.º 3 e 4 do artigo 14.º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de Abril, nesta apólice de seguro aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

4.4. O Segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 clínicas/consultórios, sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, para assistir sinistrados.

4.5. O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, de forma a isentar os sinistrados, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora.

5. FRANQUIA

5.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquía, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento

Arcos de Valdevez, 19 de dezembro de 2014.

O Presidente da Câmara,

Dr. João Manuel do Amaral Esteves

ANEXOS:

Quadro 1 – Pessoal Subscritor do RPSC e RGSS

Quadro 1.1 – Relação dos Funcionários da AHBV

Quadro 2 – Pessoas Seguras - Bombeiros

Quadro 3.1 – Pessoas Seguras - Atividades de Cultura e Recreio, Atividades Desportivas e Utentes de Espaços Desportivos.

Quadro 3.2 – Pessoas Seguras – CEI'S, voluntários e estágios

Quadro 1 – Pessoal Subscritor do RPSC e RGSS

N	Carreira	Categoria	Remuneração		Proteção
21	Auxiliar	Chef.serv.limp	1 012,68 €	1 012,68 €	CGA
30	Auxiliar	Chefe Armazem	1 012,68 €	1 012,68 €	CGA
31	Assistente Técnico	Assist.Tec.	837,60 €	837,60 €	CGA
37	Assistente Operacional	Assist.Oper.	762,08 €	762,08 €	CGA
42	Assistente Operacional	Assist.Oper.	789,54 €	789,54 €	CGA
45	Assistente Técnico	Assist.Tec.	1 012,68 €	1 012,68 €	CGA
49	Assistente Operacional	Enc.Oper	1 012,68 €	1 012,68 €	CGA
52	Dirigente inter.	Dirigente inter.	2 613,84 €	2 479,27 €	CGA
54	Assistente Operacional	Assist.Oper.	782,68 €	782,68 €	CGA
57	Assistente Operacional	Assist.Oper.	892,53 €	892,53 €	CGA
59	Assistente Operacional	Assist.Oper.	734,62 €	734,62 €	CGA
60	Dirigente inter.	Dirigente inter.	2 613,84 €	2 479,27 €	CGA
61	Tec.Superior	Tec.Superior	2 643,26 €	0,00 €	CGA
67	Assistente Técnico	Coord.tec	1 201,48 €	1 201,48 €	CGA
68	Assistente Operacional	Enc.Oper	906,26 €	906,26 €	CGA
70	Assistente Operacional	Assist.Oper.	782,68 €	782,68 €	CGA
72	Assistente Operacional	Assist.Oper.	621,34 €	621,34 €	CGA
73	Assistente Técnico	Coord.tec	1 156,85 €	1 156,85 €	CGA
74	Tec.Superior	Tec.Superior	2 437,29 €	2 325,32 €	CGA
75	Assistente Técnico	Assist.Tec.	1 119,09 €	1 119,09 €	CGA
76	Assistente Operacional	Assist.Oper.	621,34 €	621,34 €	CGA
77	Assistente Técnico	Assist.Tec.	961,18 €	961,18 €	CGA
80	Assistente Técnico	Coord.tec	1 156,85 €	1 156,85 €	CGA
82	Fiscal Municipal	Fisc.Muni	1 012,68 €	1 012,68 €	CGA
83	Fiscal Municipal	Fisc.Muni	923,42 €	923,42 €	CGA
85	Assistente Técnico	Coord.tec	1 156,85 €	1 156,85 €	CGA
86	Assistente Técnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
87	Tec.Superior	Tec.Superior	1 613,42 €	1 568,24 €	CGA
89	Assistente Técnico	Assist.Tec.	1 084,76 €	1 084,76 €	CGA
90	Assistente Operacional	Enc.Oper	923,42 €	923,42 €	CGA
91	Fiscal Municipal	Fisc.Muni	817,01 €	817,01 €	CGA
92	Fiscal Municipal	Fisc.Muni	854,77 €	854,77 €	CGA
94	Assistente Operacional	Assist.Oper.	734,62 €	734,62 €	CGA
95	Assistente Técnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
96	Assistente Operacional	Assist.Oper.	734,62 €	734,62 €	CGA
97	Assistente Operacional	Assist.Oper.	665,96 €	665,96 €	CGA
98	Assistente Operacional	Assist.Oper.	665,96 €	665,96 €	CGA
99	Tec.Superior	Tec.Superior	1 373,12 €	1 373,12 €	CGA
100	Assistente Técnico	Coord.tec	1 156,85 €	1 156,85 €	CGA
101	Assistente Técnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
102	Assistente Técnico	Assist.Tec.	961,18 €	961,18 €	CGA
103	Assistente Operacional	Assist.Oper.	621,34 €	621,34 €	CGA
104	Assistente Operacional	Assist.Oper.	621,34 €	621,34 €	CGA
105	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
106	Assistente Técnico	Coord.tec	1 156,85 €	1 156,85 €	CGA
107	Assistente Operacional	Assist.Oper.	648,80 €	648,80 €	CGA

N	Carreira	Categoria	Remuneração		Proteção
108	Tec.Superior	Tec.Superior	1 579,11 €	1 534,89 €	CGA
109	Assistente Operacional	Assist.Oper.	631,64 €	631,64 €	CGA
110	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
111	Assistente Operacional	Assist.Oper.	600,74 €	600,74 €	CGA
112	Assistente Operacional	Assist.Oper.	566,41 €	566,41 €	CGA
115	Assistente Operacional	Assist.Oper.	789,54 €	789,54 €	CGA
116	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
120	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
124	Informatica	Informatica	837,60 €	837,60 €	CGA
125	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
126	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
127	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
128	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
129	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
130	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
131	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
133	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
136	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
137	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
138	Assistente Operacional	Assist.Oper.	762,08 €	762,08 €	CGA
139	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
140	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
142	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
144	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
146	Assistente Operacional	Assist.Oper.	738,05 €	738,05 €	CGA
148	Assistente Operacional	Assist.Oper.	717,46 €	717,46 €	CGA
149	Assistente Operacional	Assist.Oper.	738,05 €	738,05 €	CGA
153	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
154	Assistente Operacional	Assist.Oper.	518,35 €	518,35 €	CGA
155	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
158	Informatica	Informatica	1 613,42 €	1 568,24 €	CGA
159	Assistente Operacional	Assist.Oper.	799,84 €	799,84 €	CGA
160	Assistente Operacional	Assist.Oper.	621,34 €	621,34 €	CGA
161	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
163	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
165	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
173	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
174	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
175	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
176	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
177	Assistente Operacional	Assist.Oper.	566,41 €	566,41 €	CGA
179	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
184	Assistente Operacional	Assist.Oper.	549,25 €	549,25 €	CGA
185	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
186	Assistente Operacional	Assist.Oper.	566,41 €	566,41 €	CGA
187	Assistente Operacional	Assist.Oper.	566,41 €	566,41 €	CGA
192	Assistente Operacional	Assist.Oper.	738,05 €	738,05 €	CGA

N	Carreira	Categoria	Remuneração		Proteção
193	Assistente Operacional	Assist.Oper.	621,34 €	621,34 €	CGA
194	Assistente Operacional	Assist.Oper.	738,05 €	738,05 €	CGA
200	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
201	Assistente Operacional	Assist.Oper.	621,34 €	621,34 €	CGA
203	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
205	Assistente Operacional	Assist.Oper.	738,05 €	738,05 €	CGA
206	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
209	Assistente Operacional	Assist.Oper.	683,13 €	683,13 €	CGA
212	Fiscal Municipal	Fisc.Muni	817,01 €	817,01 €	CGA
214	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
216	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
222	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
227	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	923,42 €	923,42 €	CGA
228	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	799,84 €	799,84 €	CGA
229	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
230	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	799,84 €	799,84 €	CGA
231	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	CGA
232	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
235	Tec.Superior	Tec.Superior	1 750,73 €	1 701,71 €	CGA
243	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	CGA
244	Assistente Operacional	Assist.Oper.	518,35 €	518,35 €	CGA
246	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
247	Assistente Operacional	Assist.Oper.	518,35 €	518,35 €	CGA
251	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	CGA
253	Dirigente inter.	Dirigente inter.	2 613,84 €	2 479,27 €	CGA
257	Informatica	Informatica	2 059,68 €	1 996,04 €	CGA
258	Dirigente inter.	Dirigente inter.	2 613,84 €	2 479,27 €	CGA
262	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	762,08 €	762,08 €	CGA
263	Tec.Superior	Tec.Superior	1 579,11 €	1 534,89 €	CGA
265	Tec.Superior	Tec.Superior	1 579,11 €	1 534,89 €	CGA
267	Tec.Superior	Tec.Superior	1 373,12 €	1 373,12 €	CGA
268	Assistente Operacional	Assist.Oper.	518,35 €	518,35 €	CGA
272	Tec.Superior	Tec.Superior	1 750,73 €	1 701,71 €	CGA
286	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	CGA
316	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	CGA
342	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	762,08 €	762,08 €	CGA
355	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	CGA
356	Tec.Superior	Tec.Superior	1 750,73 €	1 701,71 €	CGA
371	Dirigente inter.	Dirigente inter.	2 613,84 €	2 479,27 €	CGA
379	Assistente Operacional	Assist.Oper.	738,05 €	738,05 €	CGA
380	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	1 149,99 €	1 149,99 €	CGA
383	Assistente Operacional	Assist.Oper.	648,80 €	648,80 €	CGA
384	Assistente Operacional	Assist.Oper.	683,13 €	683,13 €	CGA
385	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
386	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	837,60 €	837,60 €	CGA
387	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	837,60 €	837,60 €	CGA
388	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	837,60 €	837,60 €	CGA

N	Carreira	Categoria	Remuneração		Proteção
389	Assistente Operacional	Assist.Oper.	635,07 €	635,07 €	CGA
390	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
391	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
392	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
393	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	799,84 €	799,84 €	CGA
395	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	799,84 €	799,84 €	CGA
397	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
399	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
402	Assistente Operacional	Assist.Oper.	518,35 €	518,35 €	CGA
403	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
408	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
409	Assistente Operacional	Assist.Oper.	837,60 €	837,60 €	CGA
410	Assistente Operacional	Assist.Oper.	837,60 €	837,60 €	CGA
422	Assistente Operacional	Assist.Oper.	700,29 €	700,29 €	CGA
433	Chefe Serviços	Chefe Serviços	1 270,14 €	1 270,14 €	CGA
434	Assistente Operacional	Assist.Oper.	789,54 €	789,54 €	CGA
440	Assistente Operacional	Assist.Oper.	683,13 €	683,13 €	CGA
441	Assistente Operacional	Assist.Oper.	837,06 €	837,06 €	CGA
442	Assistente Operacional	Assist.Oper.	621,34 €	621,34 €	CGA
443	Assistente Operacional	Assist.Oper.	635,07 €	635,07 €	CGA
444	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	837,60 €	837,60 €	CGA
445	Assistente Operacional	Assist.Oper.	635,07 €	635,07 €	CGA
446	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	837,60 €	837,60 €	CGA
447	Assistente Operacional	Assist.Oper.	635,07 €	635,07 €	CGA
448	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
451	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
452	Assistente Operacional	Assist.Oper.	635,07 €	635,07 €	CGA
453	Chefe Serviços	Chefe Serviços	1 270,14 €	1 270,14 €	CGA
454	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
455	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
458	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	837,60 €	837,60 €	CGA
459	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
461	Assistente Operacional	Assist.Oper.	518,35 €	518,35 €	CGA
467	Tec.Superior	Tec.Superior	1 373,12 €	0,00 €	CGA
504	Assistente Operacional	Assist.Oper.	549,25 €	549,25 €	CGA
505	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	837,60 €	837,60 €	CGA
506	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
509	Assistente Operacional	Assist.Oper.	518,35 €	518,35 €	CGA
510	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	CGA
511	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	871,93 €	871,93 €	CGA
512	Assistente Operacional	Assist.Oper.	549,25 €	549,25 €	CGA
237	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
245	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	SS
250	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
254	Tec.Superior	Tec.Superior	1 373,12 €	1 373,12 €	SS
255	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
256	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS

N	Carreira	Categoria	Remuneração		Proteção
259	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	789,54 €	789,54 €	SS
279	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
281	Tec.Superior	Tec.Superior	1 373,12 €	1 373,12 €	SS
282	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
283	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
284	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
288	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
309	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
310	Tec.Superior	Tec.Superior	1 407,45 €	1 407,45 €	SS
313	Tec.Superior	Tec.Superior	1 579,11 €	1 534,89 €	SS
318	Assistente Operacional	Assist.Oper.	683,13 €	683,13 €	SS
319	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
321	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	SS
322	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	SS
323	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
325	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
326	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
327	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
330	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
331	Informatica	Informatica	710,59 €	710,59 €	SS
332	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
333	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
335	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
336	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
337	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
338	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
339	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
340	Tec.Superior	Tec.Superior	1 373,12 €	1 373,12 €	SS
343	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
344	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	SS
345	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	SS
348	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	SS
349	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
350	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
352	Tec.Superior	Tec.Superior	1 407,45 €	1 407,45 €	SS
360	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
361	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
367	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	SS
368	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
370	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	SS
372	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
374	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
375	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
376	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	SS
377	Tec.Superior	Tec.Superior	1 407,45 €	1 407,45 €	SS
378	Assistente Operacional	Assist.Oper.	683,13 €	683,13 €	SS
394	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS

N	Carreira	Categoria	Remuneração		Proteção
396	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
398	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
400	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
401	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
404	Assistente Operacional	Assist.Oper.	549,25 €	549,25 €	SS
405	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
406	Assistente Operacional	Assist.Oper.	549,25 €	549,25 €	SS
407	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	717,46 €	717,46 €	SS
412	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
413	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
416	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
419	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
423	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
426	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
427	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
428	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
429	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
430	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	SS
432	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	748,35 €	748,35 €	SS
456	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
457	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
462	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	717,46 €	717,46 €	SS
463	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	717,46 €	717,46 €	SS
464	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
466	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	717,46 €	717,46 €	SS
468	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
479	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
481	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
483	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
493	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
499	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
500	Assistente Operacional	Assist.Oper.	518,35 €	518,35 €	SS
501	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
502	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
503	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	748,35 €	748,35 €	SS
508	Assistente Operacional	Assist.Oper.	583,58 €	583,58 €	SS
514	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	717,46 €	717,46 €	SS
515	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	SS
516	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	SS
517	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
519	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
521	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
522	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
523	Assistente Operacional	Assist.Oper.	683,13 €	683,13 €	SS
524	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
525	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
526	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS

N	Carreira	Categoria	Remuneração		Proteção
527	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
528	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
529	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
530	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
531	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
532	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
533	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
534	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	0,00 €	SS
536	Assistente Operacional	Assist.Oper.	532,08 €	532,08 €	SS
537	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
538	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
539	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
540	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
542	Tec.Superior	Tec.Superior	1 201,48 €	1 201,48 €	SS
543	Assistente Operacional	Assist.Oper.	1 648,15 €	1 602,00 €	SS
544	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
545	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
547	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
548	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
549	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
550	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
551	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
552	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
553	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
554	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
555	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
556	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
557	Assistente Operacional	Assist.Oper.	505,00 €	505,00 €	SS
559	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
560	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS
561	Assistente Tecnico	Assist.Tec.	683,13 €	683,13 €	SS

Quadro 1.1 – Relação dos Funcionários da AHBV

NOME	DATA NASCIMENTO	NIF	QUADRO	N.º MECANOGRÁFICO
Manuela Sofia de Brito Pereira	30/05/1990	249310805	ESTAGIÁRIO	20030053
António Aires Esteves Ferreira	24/01/1960	157480844	ACTIVO	16887043
Melissa Barros Pinto	09/07/1989	206619006	ACTIVO	16050016
Paulo César de Brito Carvalho	05/10/1970	197109861	ESTAGIÁRIO	20029287
Bruno Miguel Fernandes Silva	15/09/1981	225751976	ACTIVO	16990260
Raul Vieira Pinto	21/10/1964	158623029	ACTIVO	16840083
José Manuel Sousa Pinto	26/08/1964	182249050	ACTIVO	16870216
Luísa Fernandes Barros de Brito	17/09/1975	222510668	ACTIVO	20003364
Duarte Nuno da Rocha Pereira	22/10/1976	211041246	ACTIVO	16940962
José Manuel Rodrigues Braga	06/08/1986	231559593	ACTIVO	16020013
Tânia Marisa Amorim Barros	06/12/1993	250062933	ESTAGIÁRIO	20021576
Maria Sara Gonçalves Pinheiro Rodrigues Amorim	22/01/1961	161379206	SECRETARIA	NÃO É BOMBEIRO
Patrícia Sofia de Sá Amorim	19/06/1990	262174553	SECRETARIA	NÃO É BOMBEIRO
Maria dos Anjos Paredes Soares Ramos	12/12/1964	183167333	LIMPEZA	NÃO É BOMBEIRO
Luciano Teixeira Fernandes	28/01/1954	156168367	MOTORISTA	NÃO É BOMBEIRO

Quadro 2 – Pessoas Seguras - Bombeiros

NOME	DATA NASCIMENTO	NIF	QUADRO	N.º MECANOGRÁFICO
José António Silva e Sousa	02/03/1975	204204445	ACTIVO	16980018
Delfim Veloso da Mota	23/10/1965	180106740	ACTIVO	16880194
Jorge Veloso Amorim	08/05/1985	231933460	ACTIVO	16030005
José Torcato da Silva Castro	06/02/1959	136422489	ACTIVO	20022001
Armindo Alberto Brito Esteves	14/03/1961	139810552	ACTIVO	16040018
Diana Luísa Lourenço Ferreira	25/02/1988	241916801	ACTIVO	16020084
António Sousa Pinto	09/07/1962	165141654	ACTIVO	16910044
Paulo Jorge Machado da Rocha	09/04/1974	202297934	ACTIVO	16990263
Virgílio Pascoal De Freitas Dias	06/07/1985	223190985	ACTIVO	20002070
Ana Carolina Varajão Cerqueira	29/05/1987	241854920	ACTIVO	16020104
José Porfírio Fernandes da Silva	04/02/1988	254920322	ACTIVO	16050064
Manuel António de Araújo Abreu Branco	05/11/1976	208213163	ACTIVO	16950462
Manuel da Costa Ferreira	23/03/1968	188404635	ACTIVO	16910230
Jorge Humberto Fernandes da Silva	15/09/1981	225751984	ACTIVO	16991275
Pedro Manuel Freitas de Sousa	13/12/1959	158389158	ACTIVO	16910231
Fernando António Gomes Abreu	19/01/1961	118576453	ACTIVO	20022000
José Domingos B. Barros Gomes	06/09/1958	147560284	ACTIVO	16840080
Nelson Diamantino Quintas do Lago	01/10/1981	235239364	ACTIVO	16060053
João Filipe Sousa da Silva	03/12/1990	226140849	ACTIVO	16070015
José Manuel da Silva	26/11/1971	205321135	ACTIVO	16971339
António Manuel Brito Silva	17/10/1967	183032772	ACTIVO	20021998
Filmino Manuel de Barros Leal	25/11/1976	209409991	ACTIVO	16950463
Francisco José Araújo Abreu Branco	13/05/1983	229993885	ACTIVO	16010092
Vitor Jorge Pereira Rebelo	17/12/1976	208555170	ACTIVO	16010011
Nuno Miguel Barbosa Amorim	15/12/1984	234697156	ACTIVO	16010010
Luís Filipe Miranda Cerqueira	31/12/1981	212838423	ACTIVO	16001085
José Fernando Amorim	29/09/1973		ACTIVO	16951019
Sérgio Alexandre Neves Guimarães	16/12/1974	197912125	ACTIVO	20006553
Paulo Jorge Pereira Barreiro	03/04/1977	213461978	ACTIVO	20006551
Carlos Manuel de Barros Pereira	20/04/1978	224020447	ACTIVO	16020103
Hélder Claudio Alves Domingues	26/10/1988	234401990	ACTIVO	16070019
Carlos Pereira Ferreira	28/01/1961	133627950	ACTIVO	
António Aires Esteves Ferreira	24/01/1960	157480844	ACTIVO	16887043
Melissa Barros Pinto	09/07/1989	206619006	ACTIVO	16050016
Bruno Miguel Fernandes Silva	15/09/1981	225751976	ACTIVO	16990260
Raul Vieira Pinto	21/10/1964	158623029	ACTIVO	16840083
José Manuel Sousa Pinto	26/08/1964	182249050	ACTIVO	16870216
Luísa Fernandes Barros de Brito	17/09/1975	222510668	ACTIVO	20003364
Duarte Nuno da Rocha Pereira	22/10/1976	211041246	ACTIVO	16940962
José Manuel Rodrigues Braga	06/08/1986	231559593	ACTIVO	16020013
Luís Filipe Sá Guimarães (1 COM)	24/11/1976	193447924	COMANDO	16961158
Jorge Miguel Sousa Dias (2 COM)	30/01/1983	228806496	COMANDO	16050040

NOME	DATA NASCIMENTO	NIF	QUADRO	N.º MECANOGRÁFICO
Vera Lúcia Galvão Dourado	01/12/1995	248057804	ESTAGIÁRIO	20030055
Samuel Araújo da Cunha	13/03/1988	244011923	ESTAGIÁRIO	20002071
Edgar Manuel Fernandes da Mota Sousa	08/03/1987	247799881	ESTAGIÁRIO	20012131
Pedro Miguel Abreu Sousa	02/02/1993	222731516	ESTAGIÁRIO	20017180
Vera Cristina Amorim Barros	22/12/1987	247731803	ESTAGIÁRIO	20009264
Rosa Maria da Silva de Sousa	16/02/1989	223013749	ESTAGIÁRIO	20012124
Catarina Liliana Vicente Sousa	26/10/1992	225715937	ESTAGIÁRIO	20030082
Bruno Beito Alves	30/08/1994	263265587	ESTAGIÁRIO	20030083
Ivo Jorge Esteves Veloso	26/01/1984	232988390	ESTAGIÁRIO	20030111
Sílvia Abreu Araújo	06/11/1983	218613857	ESTAGIÁRIO	20030113
Emanuel Martins de Amorim	20/08/1988	230050824	ESTAGIÁRIO	20030116
Maria do Céu Barros de Sousa	02/12/1988	238263592	ESTAGIÁRIO	20030119
Ana Cristina Pereira Pires	27/06/1993	260623547	ESTAGIÁRIO	20017011
Micael Tiago Rodrigues da Silva	30/09/1992	261693220	ESTAGIÁRIO	20030120
Rafael José Rodrigues Amorim	07/09/1994	253320666	ESTAGIÁRIO	20021359
José Carlos Amorim Fernandes	04/10/1985	232863806	ESTAGIÁRIO	20030121
Ricardo Jorge da Silva Araújo	16/03/1985	240145992	ESTAGIÁRIO	20030123
Kevin Alex Abreu	22/06/1992	233960791	ESTAGIÁRIO	20009266
Carla Sofia Dias de Barros	20/02/1987	204496098	ESTAGIÁRIO	20008035
Isaura Sofia Ventura	28/09/1987	231711689	ESTAGIÁRIO	20030229
André Salgado Fernandes	28/09/1993	250630087	ESTAGIÁRIO	20009917
Ricardo André Araújo Cardoso	19/09/1992	264591429	ESTAGIÁRIO	20009267
Rui Filipe Pedreira Araújo	09/10/1994	257871802	ESTAGIÁRIO	20030232
Kevin Leandro de Barros Rodrigues	17/07/1994	261951475	ESTAGIÁRIO	20009918
Pedro Miguel Araújo Gomes da Costa	10/09/1986	239184890	ESTAGIÁRIO	20008054
Ricardo Meneses Pinto	29/12/1993	226544575	ESTAGIÁRIO	20012122
Daniel Meneses Pinto	29/12/1993	226544567	ESTAGIÁRIO	20012123
Ricardo Júlio da Cunha Vilaverde	02/09/1994	232924860	ESTAGIÁRIO	20012125
Natália Moreira Azevedo	14/10/1992	264521749	ESTAGIÁRIO	20021119
João José Barros Gomes	08/02/1996	250943972	ESTAGIÁRIO	20009577
Valter Pimenta São Martinho	23/08/1989	251085228	ESTAGIÁRIO	16070016
Tiago Manuel Pereira da Rocha	28/08/1995	248889346	ESTAGIÁRIO	20021364
Sónia Catarina Monteiro de Sá	20/01/1989	238470695	ESTAGIÁRIO	20012976
Carlos Emanuel Pereira da Costa	23/03/1986	241257239	ESTAGIÁRIO	20021365
Daniel da Fonte Esteves Cortinheiro	10/07/1994	216049393	ESTAGIÁRIO	20021588
Manuel António Ribeiro Lage	04/01/1994	225578867	ESTAGIÁRIO	20022369
Suse Mariline Leite de Vasconcelos	15/03/1989	238228649	ESTAGIÁRIO	20022370
Nuno Miguel Cerqueira da Costa	22/12/1989	253343666	ESTAGIÁRIO	20022371
Sónia Patrícia da Rocha Costa	14/05/1987	244727066	ESTAGIÁRIO	20022372
Sandra Cláudia Branco Barreira	10/03/1980	167911341	ESTAGIÁRIO	20022373
Tiago Manuel Pereira Dias	03/01/1991	244624631	ESTAGIÁRIO	20022374
Nelson António Semedo Furtado	16/01/1992	272132195	ESTAGIÁRIO	20022375
José António da Silva Rodrigues	21/12/1985	239700724	ESTAGIÁRIO	20022376
Sílvio Manuel Parga	22/04/1993	225751895	ESTAGIÁRIO	20022789

NOME	DATA NASCIMENTO	NIF	QUADRO	N.º MECANOGRÁFICO
José Carlos Gonçalves Fernandes	23/01/1991	257091734	ESTAGIÁRIO	20022790
Jorge Manuel da Silva Grilo	02/12/1994	258825294	ESTAGIÁRIO	20022792
Manuela Sofia de Brito Pereira	30/05/1990	249310805	ESTAGIÁRIO	20030053
Paulo César de Brito Carvalho	05/10/1970	197109861	ESTAGIÁRIO	20029287
Tânia Marisa Amorim Barros	06/12/1993	250062933	ESTAGIÁRIO	20021576
Mário Acúrsio Rodrigues do Carmo	14/12/1952		HONRA	16720069
José Luís Esteves Ferreira	06/08/1964	132924994	HONRA	16880398
José de Sousa Pereira	09/05/1948		HONRA	16750059
António Rodrigues de Sousa	30/03/1956	100199815	HONRA	16840077
António Dantas Ferreira	01/09/1941		HONRA	16700054
Manuel Loureiro	25/04/1945	176812130	HONRA	16720068
Joaquim Abreu Branco	13/08/1948	131531247	HONRA	16900379
João Cerqueira Prima	11/05/1944	148047408	HONRA	16720156
Artur de Sousa Pinto	30/11/1965		HONRA	16840078
José Pereira Cerqueira Pires	25/02/1947		HONRA	16750058
Pompeu Fernando Branco de Sousa	28/08/1954		HONRA	16750060
Salvador Varajão Alves Pereira	25/12/1937		HONRA	16570003
Mário de Jesus Sottomayor Carvalhosa	24/06/1945		HONRA	16740059
João Manuel Vieira Pinto	28/11/1961	118576720	HONRA	16840079
José Carlos Quintas Rodrigues	13/12/1965	156036320	HONRA	16930447
Eduardo Codeço Pereira	13/02/2002	251702740	INFANTE	20012473
Vânia Raquel Gomes Araújo	10/06/1985	230723659	RESERVA	16020105
Francisco José Pereira Fernandes	14/09/1971	194956890	RESERVA	16880529
José Manuel Sousa Amorim	26/05/1953		RESERVA	16870215
Manuel António Gomes Abreu	31/08/1967		RESERVA	16870217
Tristão Rodrigues da Silva	29/07/1959	115610898	RESERVA	16950466
Vera Lúcia da Rocha Pereira	19/08/1981	231346590	RESERVA	16001086
Fernando Manuel Cerqueira da Rocha	14/10/1979	206632991	RESERVA	16001083

Quadro 2 – Pessoas Seguras - Bombeiros

ÓRGÃOS SOCIAIS	
Assembleia Geral	
Nome	Função
Olegário Gomes Gonçalves	Presidente
António Amorim Lima	Vice-Presidente
Ilda Fernanda Costa Rodrigues Lima Ribeiro	Secretário
José Manuel Alves Vilaverde	Suplente
Direção	
Germano Manuel de Lima Amorim	Presidente
José Albano Domingues	Vice-Presidente
Gaspar José de Sousa Pinto	1º Secretário
Gil Heleno Carvalheiro	2º Secretário
Armindo Deus Lobo Peixoto	Tesoureiro
Manuel Caldas Rodrigues	Vogal
Filipe Leite da Costa	Vogal
Fernando Luís Guimarães Fernandes Ponte	Suplente
Alberto Henrique da Luz Gonçalves Ferreira	Suplente
Conselho Fiscal	
Artur Duarte Leite de Barros Pinto	Presidente
Rogério Manuel Mota de Sousa	Vice-Presidente
Tito Manuel Rodas Gachineiro e Sá	Relator
Alfredo de Sousa Galvão	Suplente
José Maria Araújo Brandão	Suplente

Quadro 3.1 – Pessoas Seguras - Atividades de Cultura e Recreio, Atividades Desportivas e Utentes de Espaços Desportivos.

ACIDENTES PESSOAIS DOS UTENTES DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS ABERTAS AO PÚBLICO

Indicação dos principais espaços/instalações desportivas e recreativas Municipais	Regime livre		Regime de inscrição	
	Estimativa anual de utentes	Utentes menores de 14 anos	Estimativa anual de utentes	Utentes menores de 14 anos
Piscinas Municipais - interior/exterior	10000	3500	6000	6000
Estádio Municipal	250	50	50	
Pavilhão Gimnodesportivo	350	100	100	
Porta do Mezio - parque infantil, parque temático, parque de fitness, piscina (ambos classificados como instalações desportivas de base recreativa), área de pic-nic e outras	5000	3000		

ACIDENTES PESSOAIS PARA ATIVIDADES TEMPORÁRIAS, INCLUINDO DESPORTO, CULTURA E RECREIO

Denominação dos acontecimentos, eventos e atividades realizadas	Ano de 2015		
	Duração	N.º de pessoas envolvidas	Breve caracterização
Feira do Livro	3 dias		
Feira do Fumeiro	3 dias		
Expovez	3 dias		
Exposocial	3 dias		
Feira Mostra - Fim de Semana Gastronómico	3 dias		
Feira de Doçaria Tradicional			
Feira das Artes e Ofícios Tradicionais - Soajo	3 dias		
Exposição Nacional Canina	2 dias		
Festival de Folclore Internacional O Mundo a Dançar			
Animação de Verão e Domingo Saudável			
4º Congresso Internacional Casa Nobre			

Nota: Esta apólice é feita na altura do início do evento, será enviada uma listagem à seguradora com os elementos necessários para a emissão de apólice.

Quadro 3.2 – Pessoas Seguras – CEI'S, voluntários e estágios

ESTIMATIVA ANUAL DOS POCS, ESTAGIÁRIOS E VOLUNTÁRIOS	
DESIGNAÇÃO	Nº
POC'S / CEI'S	26
VOLUNTÁRIOS	
ESTÁGIOS	5